

PEDAGOGIA SOCIAL - EDUCAÇÃO SOCIAL OU EDUCAÇÃO POPULAR?

Fernanda dos Santos Paulo

RESUMO

Este ensaio se propõe a apresentar algumas reflexões acerca da análise dos conceitos da educação popular, da educação social e da pedagogia social, trazendo problematizações a partir de um movimento popular de educadoras populares localizado em Porto Alegre que vem discutindo a relação entre educação social e educação popular. O Objetivo principal é trazer elementos para identificar as aproximações, limites e possibilidades de uma Pedagogia social, ora sustentada teoricamente pelo aporte teórico da Educação Popular e pelas experiências de Movimentos Populares, outras pela educação social com experiências de programas assistenciais. Como decorrência dos estudos, ainda que incipiente, enfatiza-se que há encontros e desencontros entre ambas as terminologias, bem como averiguamos a necessidade de maiores estudos sobre essas temáticas na relação com as políticas públicas e projeto de sociedade.

Palavras-chave: Educação Popular. Educação Social. Movimento Popular. Pedagogia Social.

ABSTRACT

This paper aims to present some reflections on the analysis of the concepts of popular education, social education and social pedagogy, bringing problematizations from a popular grassroots movement of educators located in Porto Alegre has been discussing the relationship between education and social education popular. The main objective is to bring elements to identify the approaches, limits and possibilities of a social pedagogy, sometimes supported by theoretical theory of popular education and the experiences of popular movements, other social experiences for education assistance programs. As a result of the studies, although incipient, emphasizes that there are both similarities and differences between the terminologies, as well as ascertain the need for further studies regarding these issues in relation to public policies and social project.

Key words: Popular Education; Social Education; Popular Movement; Social Pedagogy

RESUMEN

Educação: Teoria e Prática/ Rio Claro/ Vol. 23, n.43/ p. 128-144/ Mai-Ago. 2013.
<https://www.researchgate.net/publication/304446381/download>. Autoras: Fernanda dos Santos Paulo, Isaura Isabel Conte e Patricia Rutz Bierhal

Este trabalho tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre o análise de los conceptos de la educación popular, la educación social y la pedagogía social, con lo que problematizaciones de un movimiento de base popular de los educadores ubicados en Porto Alegre ha estado analizando la relación entre la educación y la educación social populares. El principal objetivo es aportar elementos para identificar los enfoques, los límites y las posibilidades de una pedagogía social, a veces apoyados por la teoría teórico de la educación popular y las experiencias de los movimientos populares, otras experiencias sociales para los programas de asistencia de la educación. Como resultado de los estudios, aunque incipiente, hace hincapié en que hay similitudes y diferencias entre las terminologías, así como determinar la necesidad de realizar más estudios sobre estas cuestiones en relación con las políticas públicas y proyectos sociales.

Palabras clave: Educación Popular. Educación Social. Movimiento Popular. Pedagogía Social.

INTRODUÇÃO

O presente ensaio tem como tema o início de uma discussão e análise de conceitos que abarcam a Educação Popular e a Pedagogia Social, cujo principal objetivo deste texto é elencar elementos para identificar as aproximações, limites e possibilidades de uma Pedagogia social, ora sustentada teoricamente pelo aporte teórico da Educação Popular e pelas experiências de Movimentos Populares, outras pela educação social com experiências de programas assistenciais. Além disto, esse artigo retoma o artigo: *Educação popular e pedagogia social: um encontro possível no caso de Porto Alegre?*, publicado em 2013.

Para esse diálogo buscamos, prioritariamente, autores que discutem essas temáticas, dentre eles: Paulo Freire, Carlos Brandão, Johannes Doll, Bernard Fichtner, Maria da Glória Gohn, Marlene Ribeiro, Roberto da Silva e Raúl Zibechi.

Um dos subsídios para sustentar o texto advém do Movimento de educadores (as) populares de Porto Alegre, que se organiza em uma associação¹ tendo por finalidade

¹ O Movimento Popular de Educadoras nasce em 1996 com um grupo de educadoras vinculadas as creches comunitárias e lideranças de associações de bairro, tendo por objetivo lutar por formação pedagógica na linha da educação popular. Em 2000, desse movimento, cria-se a Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA) com possibilidade de conveniar com instituições de formação profissional visando implementar cursos diferenciados para educadores populares, a exemplo do curso normal nas escolas municipais Emílio Meyer e Liberato Salzano e Pedagogia na Uergs. As educadoras e educadores que congregam a AEPPA são trabalhadores (as) no contexto educativo não

reunir experiências do trabalho de educadores (as) populares inseridos (as) nos movimentos comunitários que desenvolvem projetos de educação não escolar. Estas experiências são o conteúdo inicial para a luta e defesa da Educação Popular em que haja uma unidade entre prática e teoria orientada no sentido da libertação, como defende Freire (1981).

Estes educadores e educadoras participam da Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA) a fim de pensar, discutir, propor e reivindicar a formação pedagógica na linha da educação popular que leve em consideração as experiências de trabalho como parte integrante da proposta curricular dos cursos formativos. Ou seja, reunir as experiências relacionadas ao trabalho e educação como caminho político e epistemológico para pensar uma educação que não dissocie o trabalho da escola e a vida cotidiana do tempo do trabalho.

Outra experiência, mesmo que incipiente, que nos propomos a discutir e que está relacionada à Pedagogia social e a educação social, é as discussões e pesquisas organizadas e orientadas pelo Professor Roberto da Silva da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Esta, elegemos importante para que possamos problematizar o tema proposto na relação com a Educação Popular.

Os lugares que elegemos para a discussão inicial sobre o tema, seja ele no contexto de Porto Alegre e de São Paulo ou da Europa não estão desvinculados ao contexto global, o que possibilita trazer elementos para refletirmos e pautarmos a relação entre a Educação Popular, educação social e a Pedagogia social.

Fichtner (2009) aponta, por exemplo, que a Pedagogia social tem a origem na Alemanha (Europa) e a Educação Popular no Brasil (América latina) e é essa relação com o local e o global, que parece-nos permitir uma aproximação entre ambas, mesmo com suas diferenças.

Nesse sentido, cabe-nos problematizar se é interessante discutir a Educação Popular na relação com a Pedagogia social no contexto brasileiro. E, caso esta pauta

escolar, sendo alguns (mas) associados (as) e outros (as) não. A AEPPA não tem sede própria e realiza os seus encontros na cidade de Porto Alegre, contando com parcerias de associações comunitárias, Mercado Público, entre outros.

seja autêntica, como Movimentos Populares, podem se articular para a construção da Pedagogia social nos pressupostos da Educação Popular?

No entanto, cabe-nos pesquisar e aprender com essas experiências (América Latina e Europa) desvelando nelas, tanto as possibilidades quanto os limites na relação entre Educação Popular e Pedagogia Social.

Num primeiro momento, parece-nos pertinente abordarmos conceitos como Educação Popular, Educação Social e Movimento Popular, para posteriormente analisar qual Pedagogia social tem-se discutido no contexto brasileiro.

Ao nos aproximar ao tema da educação, muitas vezes nos remetemos aos processos escolarizáveis e hierarquizados, porém sabemos que outros espaços não escolares nos educam e um deles são os Movimentos Populares. Estes, historicamente apresentam um contexto educativo que se dá na luta para solucionar as dificuldades da vida cotidiana (GONH, 1994 e 2008; RIBEIRO, 2002).

A Educação Popular considerada por nós como uma educação dialógica, participativa, comprometida e politizada e que está estreitamente relacionada com a luta de educadores (as) e suas respectivas comunidades, sobretudo nas suas táticas e estratégias de mobilizarem-se em prol do direito de se ter direito a uma vida digna.

2. INTERLOCUÇÕES ENTRE A EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS POPULARES

No Brasil, a Educação Popular está vinculada às experiências educativas desde a década de 1920 a exemplo do movimento anarquista de São Paulo (BRANDÃO, 2002; GOHN, 1995 e 2008). Nesse cenário, frente a um Estado excludente, na década de 1930, uma das lutas de muitos (as) educadores (as) e intelectuais foi à difusão de um manifesto em defesa da escola pública.

Porém foi na década de 1950 e 1960 que a prática de educação popular se propõe a ser um novo paradigma político-pedagógico partindo de experiências que se dava em “círculos de cultura” com jovens e adultos (BRANDÃO, 2006; FÁVERO, 1983, PALUDO, 2001). Nessa sintonia, surge a educação popular, tendo como seu objetivo

principal construir com os oprimidos uma educação política com vias a mudança da realidade opressora tendo por intenção a libertação (FREIRE, 2001; BRANDÃO, 2006; ZITKOSKI, 2007).

Nos ideais de Paulo Freire (1987), a educação popular tem por metodologia a ação dialógica e se realizava em “círculos de cultura”, a partir da “leitura de mundo” dos envolvidos. Da mesma forma, se realizam as propostas educativas nos Movimentos Populares.

Cabe ainda registrarmos que na história do Brasil encontramos diferentes Movimentos Populares com características distintas, mas que tem como dimensão a luta por melhores condições de vida, a exemplo dos movimentos de bairro, de camponeses e operários como diz Mutzenberg (1999). Na definição de Ribeiro, “o movimento social popular é educador, enquanto capaz de forjar uma identidade de classe” (2008, p. 41) e Raúl Zibechi (2005) chega a apontar em seu texto que alguns movimentos assumem a educação e a formação inspirados na Educação Popular, na revalorização da cultura e da identidade.

Conforme Ammann, a história dos Movimentos Sociais só recentemente ganhou atenção dos cientistas sociais (1991, p.13) como elemento importante a ser analisado, até porque, como coloca a mesma autora, e Gohn (1985), nem todo movimento social é a favor da transformação social, pois a classe dominante também se organizam em movimentos. Portanto cabe, a nós, educadores (as) que estamos comprometidos com um projeto de educação voltado para a emancipação, estudar, interpretar, dialogar e analisar sobre quais são os Movimentos Sociais regidos por uma lógica da opressão e dominação e quais estão na luta pela libertação nos pressupostos da educação popular.

Contudo, na década de 1990, a Educação Popular recebeu inúmeras críticas como se fosse uma concepção já superada, sobretudo por que aquele contexto estava marcado pelas políticas neoliberais da Educação. Maria da Glória Gohn (2003) em uma entrevista para a revista da Unisinos denominada como Instituto Humanitas diz que os Movimentos Sociais Populares urbanos nesse período, passaram por uma crise nos primeiros cinco anos de 1990, resultando numa redução do poder de pressão direta que

havam conquistado nos anos 1980. Por outro lado, os Movimentos Sociais Populares do Campo ganhavam força, a exemplo do MST.

Nas cidades viviam-se a crise expressa no desmonte de políticas sociais, na fragmentação das lutas, no aumento do desemprego e da violência urbana, pela flexibilização do mercado de trabalho, induzindo ao crescimento do setor informal e terceirizado do trabalho (GONH, 1982 e 2003; PERONI, 2003).

E, todo esse processo de mudança na conjuntura política conduz a partir de 1990 uma nova configuração dos Movimentos Sociais, nos quais alguns passam a se voltar para ações coletivas, voltada para “resultados”. Diante disto, muitos protestos diminuíram como coloca Gonh (2003).

Mas, por outro lado, resistem alguns Movimentos Sociais Populares na cidade e no campo, que não só desenvolveram seus trabalhos nos pressupostos da contestação e reivindicação, mas também no campo da proposição com o foco da transformação. Um exemplo foi que nesse mesmo período, a destituição do então presidente Fernando Collor de Mello é resultado de intensas mobilizações da sociedade civil organizada. Esse presidente pautou no seu plano e desenvolvimento de execução de governo a privatização como necessidade de garantir recursos para investimentos em áreas sociais (AQUINO; VIEIRA; AGOSTINO; HIRAN, 2002, p. 832).

E, a educação popular mesmo com críticas, como bem coloca Brandão (2002), se fez presente em muitos contextos, tanto na esfera dos Movimentos Sociais Populares como nas políticas públicas estatais. A mobilização social, não só no Brasil, derrubou presidentes da América Latina, denunciou a corrupção de regimes, como o da Venezuela e do Peru forçando mais transparência e pautou o problema da terceirização e seus malefícios.

A política neoliberal serve como base da terceirização das políticas públicas e da precarização do trabalho. E, nesse sentido, muitos Movimentos Sociais Urbanos, em virtude do contexto político, fragilizaram-se e não conseguiram realizar uma leitura crítica da sua relação com a política da terceirização, o que evidencia, uma visível contradição. Por outro lado, aqui no Brasil, a partir dos anos de 1990, surge o Movimento da Economia Solidária se apresentando como uma alternativa de superação

do desemprego, oriundo da sociedade capitalista (SINGER, 2000).

E, nesse contexto, no Brasil, ainda na década de 1990, muitos governos optam pelo repasse das suas responsabilidades, sobretudo nas áreas da educação, assistência e saúde, para entidades do chamado “terceiro setor”. Assim, se desresponsabilizando do seu papel como executor direto, como define a Constituição do Brasil de 1988. No nosso entendimento, essa situação (terceirização) é fruto da crise salientada por Gonh, que é uma crise do modo de produção capitalista (MÉSZÁROS, 2008), mascarada como alternativa para inclusão social. Essa realidade se expressa na contradição “Estado mínimo/Estado máximo”, que se apresenta mínimo para as políticas públicas e máximo para o capital (PERONI, 2003, p.177).

É, diante desse contexto político dos anos de 1990, “no auge da força das políticas neoliberais” que surge às políticas sociais utilizando-se do termo educação social, tendo como referências leis como, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990(ECA) e a Assistência Social de 1993 (LOAS) como salienta Ribeiro (2006).

A autora faz um estudo da relação entre educação social e popular, entendendo que a educação social está relacionada à exclusão social de crianças e jovens em condições mínimas de sobrevivência, ou seja é a educação social como uma política de inclusão(RIBEIRO, 2006, p. 169-170).

Conforme entende Romans, há “definições da educação social muito distinta, talvez porque se trata de um “termo” de difícil conceitualização. (...) em parte, é consequência de sua própria história e porque a educação tende a variar conforme a ideologia e as políticas sociais dela derivadas”. (2003, p. 54). Também, percebemos que o conceito de educação social, muitas vezes está relacionado às práticas da educação não formal e outros até aceitam essa opção política em espaços formais. Entretanto, a educação social se dirige, na sua maioria das definições, para um trabalho socioeducativo de prevenção, controle e mudanças. Ramon em um texto intitulado: “A educação social no Brasil: alguns desafios e armadilhas” define a Educação Social sendo fundamentalmente ação, práxis, intervenção sistemática e fundamentada em Paulo Freire .

Ribeiro (2006, p. 171) aponta que há uma “despolitização” desse conceito, o que revela a “força das políticas neoliberais” que precisam se utilizar do discurso da exclusão/inclusão para ocultar “a malvadez com que o capitalismo aparece na História” (FREIRE, 2002, p.48).

Voltando a definição de Ramon, achamos importante trazer que Freire não falava em educação social e sim em educação popular, bem como chamava os(as) educadores(as) que trabalhavam em espaços educativos não formais como trabalhadores(as) sociais, hoje denominados de “educador social”.

Faleiros, um dos pensadores do curso de Serviço social aponta “a influência, na formulação de um paradigma crítico, da pedagogia da conscientização elaborada por Paulo Freire” (2005, p. 25), e destaca a importância do diálogo problematizador.

O diálogo problematizador é a metodologia da educação popular que busca “a reflexão e a ação de seus sujeitos orientados para o mundo que deve ser transformado” (FREIRE, 1979b, p. 121), e não reformado.

De um lado, aparece à educação social como uma política de inclusão, como coloca Ribeiro (2006) e de outro anula toda história da educação popular no contexto latino-americano. Nas palavras da mesma autora, ao ocultar a educação popular, também a negamos como sendo uma iniciativa dos Movimentos Sociais Populares, principalmente após o final dos anos de 1970 (2006, p. 171), sobretudo no contexto do Brasil.

Nas experiências de Porto Alegre, a discussão da educação social está vinculada a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), tanto é que no histórico da política de assistência nesse município, o que hoje conhecemos como Fasc, era denominada como Fundação de Educação Social e Comunitária (Fesc)².

Desde a década de 1990 a prefeitura municipal de Porto Alegre tem trabalhado em parceria com as instituições comunitárias para executar a política da educação infantil e assistência nas comunidades mais empobrecidas, via convênios. Segundo Maria Otilia Kroeff Susin (2009) a parceria do movimento social comunitário com o poder público, possibilitou a expansão da educação infantil. Por outro lado, entendemos que o movimento

² http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?reg=4&p_secao=55

comunitário ao não realizar uma leitura e análise crítica daquele contexto não percebeu as consequências que poderiam emergir, tanto qualitativas como quantitativas, dessa política de conveniamento (PAULO, 2010).

Esses movimentos comunitários além de permanecer com suas ações coletivas de reivindicação e contestação por melhores condições de vida passaram a executar uma política pública, o que mais tarde veio a fragilizar esses espaços.

Essa parceria entre o poder público e a sociedade civil, tanto da política da educação como da assistência social em Porto Alegre, se utiliza de conceitos da educação popular e social para justificar a relação entre Estado e Sociedade Civil. Nos últimos anos, os convênios entre Município e Sociedade Civil organizada, tem aumentado (quantidade) o que consideramos um grande problema, e mais agravante, é a falta de formação política nas comunidades que são “ contempladas” com essa política.

Em nossa leitura, a parceria entre os movimentos comunitários com o poder público, desqualifica a execução de políticas ao privatizá-la. A omissão do Estado e a falta de formação política nas comunidades tem resultado uma certa naturalização do processo de privatização, principalmente nas comunidades onde o poder público não comparece de forma direta.

No contexto acima, ocorre que os movimentos comunitários que buscavam a transformação das condições econômicas e políticas, passam a não ter tempo para reunir-se, discutir e lutar por essas pautas, pois as lideranças desses movimentos passam a ter a responsabilidade de fazer a gestão das políticas de convênio de forma voluntária.

Presentemente, há registros de algumas lideranças e educadores (as) que trabalham nesses espaços comunitários, que tem percebido que a responsabilidade assumida, na maioria, pelas associações e clube de mães, para com a execução da política da educação infantil e assistência social não é sua, e sim do Estado. Esses relatos se dão em espaços que oportunizam o debate sobre as políticas da educação e assistência social em Porto Alegre, um deles é na AEPPA, que desde 2002 há um núcleo de formação que se destina a estudar e dialogar sobre as questões que envolve a vida do(a) educador(a) popular, assim nomeados.

Educação: Teoria e Prática/ Rio Claro/ Vol. 23, n.43/ p. 128-144/ Mai-Ago. 2013.
<https://www.researchgate.net/publication/304446381/download>. Autoras: Fernanda dos Santos Paulo, Isaura Isabel Conte e Patricia Rutz Bierhal

Atualmente, muitos destes educadores e educadoras ao participarem desses espaços formativos vêm percebendo que, assim como os dirigentes das instituições comunitárias, são cooptados pelo Estado. Tanto, que existe uma diferença gritante entre a educação oferecida diretamente pelo Município e aquela executada por meio de convênios, um dos exemplos pontual é a questão das condições precárias de trabalho (salário, carga horária, recursos, formação, etc.).

Os educadores e educadoras popular, vinculados (as) as políticas de Educação municipal seja via “Creche Comunitária” (educação infantil), “ Alfabetização de Adultos”, “Projeto Cidade Escola” e “Mais Educação” (Ensino fundamental) , recebem baixos salários, não possuem formação profissional para atuação e são contratados como: educador assistente, monitor, auxiliar de desenvolvimento infantil, educador oficinairo e voluntário em alguns casos.

Parece-nos que o termo popular nesse sentido é compreendido como tendo um significado inferior, diferentemente da concepção de Brandão (1985) vinculada a busca da libertação. Portanto, cabe nos perguntarmos se nesse contexto de inferioridade do popular há como lutar e falar em processos de libertação diante da precarização do trabalho e do sucateamento das políticas públicas?

Acreditamos que não podemos cair no imobilismo, mas também percebemos que na conjuntura atual, vivemos uma crise geral, que podem ser visualizadas quando a educação popular é entendida como a participação da comunidade na associações comunitárias executora das políticas públicas ou programas de governo.

Na concepção de Freire o popular busca a transformação social, já para Beisiegel (1992), o popular tem relação com as práticas educativas em educação popular. Em estudos realizados por José Francisco de Melo Neto, diz que o popular tem uma dimensão política, voltada à defesa dos interesses da classe trabalhadora.

2.1 Por que Educação Social?

Em Porto Alegre, a assistência social, executando de forma indireta essa política, há 415 entidades conveniadas³, onde o(a) educador(a) é denominado como “educador social”. Muitos projetos técnicos utilizam referências da educação Popular (Freire) e no mesmo documento fazem a opção pela educação social, como se as duas concepções fossem iguais. Pesquisando o projeto do Serviço de Apoio Socioeducativo em Meio Aberto (SASE) de 2010, verificamos que não há nenhuma referência a Educação Popular. Em contrapartida, há registrado que a “perspectiva socioeducativa dialoga com o que designamos de Educação Social”, e mais adiante temos o que justifica ter grande relevância os estudos de Ribeiro (2006) para quem tem interesse em aprofundar a relação entre a Educação Social e Exclusão social.

No projeto acima citado temos o seguinte trecho: “Para a educação social são imprescindíveis o exercício da cidadania e as possibilidades da integração dos indivíduos no espaço social das diferenças, não em padrões ou convenções de comportamento, condutas, atitudes, ações ou pensamentos”. Abaixo dessa afirmação, o texto recebe a interlocução de Freire, assim explicitada: “Para tanto, o referencial dialógico constituído pelas teses Freirianas” (2010, p.5).

Essa confusão teórica tem influência direta na prática das políticas e da formação dos(as) educadores(as) que trabalham nesses contextos, pois

[...] a prática é a razão de ser da teoria, o que significa que a teoria só se constituiu e se desenvolveu em função da prática que opera, ao mesmo tempo, como seu fundamento, finalidade e critério de verdade. A teoria depende, pois, radicalmente da prática. Os problemas de que ela trata são postos pela prática e ela só faz sentido enquanto é acionada pelo homem como tentativa de resolver os problemas postos pela prática. Cabe a ela esclarecer a prática, tornando-a coerente, consistente, conseqüente e eficaz. (SAVIANI, 2007, p. 108).

Ao concordar com Saviani, pontuamos que temos um problema no contexto das políticas que se dizem ora de educação popular, outra de educação social, porque na sua execução os conceitos se confundem ou se igualam, perdendo o seu conteúdo transformador. Um problema decorrente das confusões teóricas é a naturalização da Educação Social como sendo educação não formal e popular, podendo aparecer esses

³ Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?reg=1&p_secao=90. Acesso: 27/06/2012.

conflitos na metodologia das práticas “socio pedagógicas” e na formação de educadores (as).

Nesse sentido, segundo, Ana Maria Vale, “[...] é necessário que tomemos consciência das condições que são adversas a uma prática de educação popular para que possamos ultrapassá-los” (2001, p.66), por isto, tão necessário são os espaços de diálogos problematizadores que tomem a Educação Popular como processo permanente de refletir a militância. (FREIRE, 2001, p.16).

Coerente com o pensamento de Freire, optamos pela Educação Popular e entendemos que ela está intrínseca a história dos Movimentos Populares, mas que pode estar também na escola pública como defende Ana Maria Vale, Carlos Rodrigues Brandão e Paulo Freire. Mas, para tanto é necessário espaços de formação para refletir a coerência entre a prática e a teoria, para não correr o risco de achar que realiza a educação popular e na verdade pratica uma educação burguesa.

Por isto retomamos, a Ribeiro (2006), que nos coloca a refletir sobre o conceito de educação social, que no seu dizer, no termo da expressão, o “social”, parece configurar-se como uma redundância, pois a “educação é reconhecida, por parte das correntes teórico-epistemológicas, da mais conservadora à de esquerda mais radical, pelo seu caráter social” (p.157).

Para Roberto Silva (2011, p. 188), a “educação social pressupõe não apenas a educabilidade social do indivíduo, mas também a educabilidade da família, da comunidade, da sociedade, dos governos, do Estado e das instituições”, apontando como desafio a Pedagogia social com vocação para a libertação. Concordamos com esse autor, ao explicitar o objetivo de uma Pedagogia social, fundamentando inclusive em Freire no Livro Pedagogia do Oprimido, mas ainda discordamos com o termo “*educação social*” no lugar da “Educação Popular”. Porém, avaliamos ser importante e necessário problematizar e estudar mais profundamente esses conceitos, pois nos falta mais clareza teórica para qualificar a discussão desse tema.

Nesse breve estudo, ainda muito tímido, mas que se pretende comprometido, temos a impressão de que mesmo os Movimentos Sociais Populares não tem discutido essa temática, muito menos os espaços de educação não escolar. Em Porto Alegre, na

AEPPA, existe algum tipo de debate em torno desses conceitos, mas ainda há muito o que avançar, porque a imposição dos termos confundem a sociedade, naturalizando-as como a única aceitável para um determinado contexto. Por outro lado, temos grupos de militantes da Educação Popular que vem se preocupando com o tema e realizando pesquisas, o que nos parece positivo. Parece-nos que um dos desafios, é o de promoção de diálogos críticos sobre a Educação Popular e Educação Social nas comunidades que estão diretamente ligadas a esses termos, para então discutir que Pedagogia social se pensa ou até mesmo se ela é necessária.

3. A Pedagogia Social: Aproximações iniciais...

A Pedagogia social nasce no final do século XIX e início do século XX, na Alemanha, sendo uma alternativa aos problemas advindos da I e II guerra mundial. Esses problemas geraram desemprego, imigração, favelas, etc. Então, a educação social nascera para atuar a partir desses problemas(Cabanas, 1997).

Alguns conceitos de Pedagogia social se aproximam com o da Educação Popular, tais como: a) A educação acontece junto às comunidades; b) A educação é a favor de uma coletividade e não apenas do indivíduo. (Cabanas, 1997). Inclusive havia Universidades Populares, tendo como precursor o pedagogo Herman Nohl (1879-1960). Curiosamente existia uma certa confusão conceitual entre Pedagogia social e educação popular, e Nohl ao fundar a Universidad Popular em Jena iniciou um grande debate sobre temas da Pedagogia Social (Cabanas , 1997.).

Cabanas (1997), aponta que por alguns anos tanto a Pedagogia social como a educação popular, na época da República de Weimar, foram suprimidas por questões políticas-ideológicas conduzida por Hitler que se opunha aos sociais-democratas⁴. Ideais da Pedagogia social foram substituídos por resoluções de problemas sociais. Segundo o mesmo autor, esse período foi um retrocesso na área social.

Com o fim da II Guerra, a teoria da Pedagogia social aproximou-se novamente ao pensamento de Nohl com a tentativa de reconstruir as bases científicas da Pedagogia social (Cabanas, 1997, p. 80).

⁴ Fonte: wikipedia, 2012.

No pós-guerra, o país passou por muitas dificuldades: fome, falta de moradia e desemprego, além de que muitas crianças e jovens ficaram órfãs, fazendo com que surgisse as políticas assistenciais com ações de voluntariado. Daí decorre o conceito de educação social, também influenciados pelo educador suíço, Pestalozzi que tinha, na sua história de vida, uma luta contra a miséria chegando a abrigar e a alimentar os órfãos. Ele defendia uma escola integral, sem notas, castigos ou premiações e com isto tem influenciado muitas propostas pedagógicas com o método “aprender fazendo”⁵, pois o conteúdo não tem tanta importância quanto o desenvolvimento das habilidades e dos valores. (Nova Escola: Edição Especial, 2008, p.43)⁶.

É também, diante desse contexto que emerge a Associação Internacional de Educadores de Jovens Inadaptados (AIEJI), atualmente renomeada como Associação Internacional de Educadores Sociais (Ribeiro, 2006; Moura, Neto e Silva, 2009).

É essa Associação Internacional de Educadores Sociais que tem difundido a Pedagogia social mundialmente. Conforme a Pedagogia social se expandia, esse crescimento se tornava motivo de preocupação, pois se ratificava o crescimento dos problemas (FICHTNER, 2009, p.47).

Ao contrário de uma visão de Pedagogia assistencial, Ribeiro (2006) diz que na Rússia (pós-revolução) foram significativas as experiências de pedagogia social, de Pistrak e Makarenko embasada numa teoria marxista. Para nós, a Pedagogia social na perspectiva da Educação Popular é a pedagogia socialista, cuja luta é contra todo tipo de opressão. O currículo diferenciado, através do contexto de trabalho não escolar, não pode estar separado de um conteúdo crítico consubstanciado pela Educação Popular.

A Pedagogia social no Brasil está de alguma forma relacionada à concepção de Educação Popular, seja para aceitá-la ou negá-la, bem como atrelada a demanda de busca pela profissionalização de educadores (as) que trabalham em diferentes contextos educativos se e não possuem uma formação específica.

Cabe datar que o I Congresso Internacional de Pedagogia Social- CIPS foi realizado em 2006 no Brasil, sob a coordenação do Professor Roberto da Silva. Desde

⁵ Atualmente presente num dos quatro pilares da educação escrita por Jacques Delors.

⁶ Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/edicoes-especiais>

então, um compromisso firmado é o de solidificar a Pedagogia social como a Teoria Geral da Educação Social (SILVA, 2011). A contradição aparece em textos sobre o tema que expressam a teoria de Paulo Freire como fundamentação teórica da Pedagogia social no Brasil que, não raras vezes, aponta o termo educação social em substituição ou igualando à educação popular. Apesar disso, Freire, um dos educadores e teóricos da Educação Popular, se faz presente em cinco textos, dos sete artigos que discutem as “ Reflexões sobre a Pedagogia social no Brasil” .

Coerente com a história da Educação Popular no Brasil, Graciani (1999) concebe a Educação Popular como base para a Pedagogia social de Rua e diz entender a Educação Popular como prática social que se propõe a transformação social. Da mesma forma, Scocuglia (2009) defende que a Pedagogia social no Brasil, na perspectiva Freiriana, pode vir a se constituir numa educação contra-hegemônica, ou seja, educação popular.

Fred Karl e Johannes Doll (2006) apontam que “no contexto brasileiro, a Pedagogia social não alcançou a mesma atenção como nos países europeus”, e talvez esteja aí uma possibilidade de refletir sobre a importância da Educação Popular no Brasil. Pois, conforme Freire (1979a, p.19) já salientava” as soluções importadas devem ser reduzidas (...) devem ser criticadas e adaptadas”, ou seja, não há “receitas” pré-estabelecidas, entretanto através da criatividade e da reflexão é possível a reinvenção da educação (ANDREOLA, in Freire, 2000).

Para Silva (2011) a Pedagogia social possui vocação para a libertação e emancipação, abrangendo todos os setores da sociedade. O autor cita Freire (1987) colocando que a libertação dos oprimidos não se dá através de um processo unilateral. Portanto, importante relacionar a educação popular como opção para a construção prático-teórico de uma Pedagogia Social, com a nossa identidade, levando em conta os processos de experiências educativas plurais.

Nessa visão, a construção de uma Pedagogia social através das experiências da Educação Popular tem como “desafio histórico” (FREIRE, 2001) a edificação da

⁷ Pedagogia Social: Contribuições para uma teoria geral da educação social, 2011.

formação como processo constitutivo através do diálogo crítico e da participação política no âmbito individual e coletivo.

Talvez um dos limites da construção de uma Pedagogia social no Brasil é a de abandono do termo da Educação Popular colocando em seu lugar a educação Social (RIBEIRO, 2006). Com isto, apresenta-se um desafio, o de nos espaços que atuamos, estarmos promovendo diálogos problematizadores em torno das questões que se vinculam a educação popular e a nossa história. Sendo, assim, iniciamos nos instigando a pensar sobre como a Pedagogia social brasileira no contexto da América Latina, pode representar uma perspectiva crítica e contra-hegemônica, sem importar modelos pré-concebidos?

Reflexões Finais

Nesse breve ensaio, ainda principiante, temos mais dúvidas do que conclusões, pois a única certeza de que temos é a da necessidade de mais estudos sobre os temas e conceitos, sobretudo para clarear as diferenças e semelhanças da pedagogia social e da educação popular, especialmente no contexto brasileiro. Sobre a educação social e sua fundamentação em Freire parece-nos muito confuso ainda julgar a quem serve essas terminologias, mas temos algumas pistas.

A maioria das vezes, a educação social é utilizada no campo político para justificar projetos de inclusão social. Estes fundamentados em Freire como se o projeto de educação freiriana tivesse o mesmo objetivo que se propõe a educação social em políticas focalizadas, como é o caso do SASE. Por outro lado, nos parece que deixando de usar a educação popular como opção política pedagógica se está excluindo o recorte de classes que permeia as sociedades capitalistas.

Ainda que contamos com alguns espaços de militância da educação popular em que é possível discutir e pesquisar temas que surgem desse novo contexto político, ainda há poucos espaços que estão realizando uma análise dos conceitos: educação social e educação popular. A AEPPA⁸, como caso particular chega a fazer algum debate em

⁸ Conferir através do blog: <http://aeppa-poa.blogspot.com.br>

torno desses conceitos, mas ainda há muito que avançar, pois, a imposição dos termos confunde-se na sociedade, e muitos educadores e educadoras vivem em comunidades consideradas carentes e atuam nas políticas de convênios, com trabalho precarizado e com uma carga horária de 40 a 44 horas semanal, o que minimiza o tempo para estudos (um limitante).

Também contamos com pesquisadores (as) com vínculo em Universidades brasileiras, que tem contribuído para com esse debate, e nesse universo podemos citar textos da Marlene Ribeiro (UFRGS) e do Roberto Silva (USP). Estes vêm contribuindo para os estudos e análise crítica sobre educação popular, educação social e pedagogia social.

Salientamos que a educação popular possui um lugar bem definido e um recorte de classe e é nessa marca identitária que verificamos distorções teóricas e daí que enfatizemos a importância de mais estudos sobre os temas.

A pedagogia social ocupou um lugar importante no contexto europeu e por sua vez, também teve sua importância, mas nem por isto o Brasil precisa “copiar a receita”, e sim estudar e analisar qual a possibilidade de sua construção sem negar o contexto histórico, político e cultural brasileiro.

Parece-nos que a Pedagogia Social pode vir a ser uma alternativa aos modelos pré-prontos de formação de educadores (as), mas não deve substituir a educação popular, pois embora vislumbramos possibilidades de diálogos, caso exista um projeto popular com vistas a emancipação humana, percebemos que essas possibilidades não podem excluir a necessidade de uma formação política que pautasse essas temáticas na relação com a nossa sociedade .

Coerentemente com o pensamento de Freire, enfatizamos a educação popular e entendemos que ela está intrínseca na história dos Movimentos Populares, mas que pode estar também na escola pública.

Portanto, para entender a Educação Popular não basta apenas ler textos, mas também praticá-la, e por isto a necessidade de espaços de formação para refletir a coerência entre a prática e a teoria.

Um dos desafios assentados é o de promoção de diálogos críticos sobre a educação popular e a educação social, de forma especial, nas comunidades que estão diretamente ligadas a esses termos, para então discutir que pedagogia social pode ser construída, como, com quem e qual projeto de sociedade imbricada nela.

REFERÊNCIAS

- AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento popular de bairro: De frente para o Estado, em busca do Parlamento**. São Paulo: Cortez, 1991.
- AQUINO, Rubim Santos Leão de. *et al.* **Sociedade Brasileira: uma história através dos movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- ANDREOLA, Balduino. **Prefácio**. In. *Pedagogia da indignação Cartas pedagógicas e outros escritos / Paulo Freire*. – São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. **Política e educação popular** (A teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil). Ensaio – 85. São Paulo: Editora Ática, 1992.
- BRANDÃO, Carlos R.(Org) **A Questão Política da Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BRANDÃO, Carlos R. **Educação Popular**. 3ª ed. SP, Brasiliense, 1986.
- BRANDÃO, Carlos RA **Educação Popular na Escola Cidadã**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- CABANAS, José Maria Quintana. **Antecedentes históricos de la educación social**. In: PETRUS, Antonio. (org.). **Pedagogia Social**. Espanha: Ariel, 1997. p. 68 – 91.
- DELORS, Jacques e outros. Cap. 4. **Os quatro pilares da educação**. p. 89 – 102.
- FALEIROS, Vicente de Paula. **Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento?** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 84. p. 21-36, 2005.
- FICHTNER, Bernd. **Pedagogia sociale Trabalho Social na Alemanha**. In: MOURA, R., NETO, J. C. S. e SILVA, R. (orgs). **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão & Arte Editora, 2009, p. 43 – 50.
- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Política e Educação: ensaios**. São Paulo: Cortez, 2001.
- FREIRE, PAULO. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979 a(coleção Educação e Comunicação vol. 1).
- FREIRE, PAULO. **Investigação e metodologia da investigação do "tema gerador"**. In: TORRES, C. A. **Consciência e história: a práxis educativa de Paulo Freire**. (Antologia de textos selecionados de Paulo Freire) Trad. Mônica M. Oliva. São Paulo: Loyola, 1979b. (Col. Paulo Freire n. 1).
- FREIRE, PAULO. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- FREIRE, PAULO. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- GOHN, Maria da Glória. **Os Movimentos Sociais no Brasil: novos atores sociais**. IHU On-Line, São Leopoldo, 11 de agosto de 2003(entrevista impressa).
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995.

Educação: Teoria e Prática/ Rio Claro/ Vol. 23, n.43/ p. 128-144/ Mai-Ago. 2013.
<https://www.researchgate.net/publication/304446381/download>. Autoras: Fernanda dos Santos Paulo, Isaura Isabel Conte e Patricia Rutz Bierhal

- GOHN, Maria da Glória. **Reivindicações populares urbanas**. São Paulo: Cortez, 1982.
- GOHN, Maria da Glória. **A força da periferia: A luta das mulheres por creches em São Paulo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e Educação**. 2ed., São Paulo, Cortez, 1994 .
- GRACIANI, Maria Stela Santos. **Pedagogia social de Rua: análise e sistematização de uma experiência vivida**. São Paulo: Cortez:Instituto Paulo Freire, 1999.
- KARL, Fred; DOLL, Johannes. **DEMÊNCIA E PEDAGOGIA SOCIAL**. *Estud. interdiscip. envelhec.*, Porto Alegre, v. 10, p. 45-56, 2006.
- MÉZÁROS, István. **A Educação Para Além do Capital**. Tradução Isa Tavares. 2. ed. - São Paulo: Boitempo, 2008.
- MUTZENBERG, R. **Construção de sentido pelos movimentos sociais**. In: FONTES, B.A.S.M. (Org.). **Movimentos sociais: motivação, representação e produção de sentido**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, pp. 123-156, 1999.
- MOURA, Rogério, NETO, João Clemente Souza e SILVA, Roberto da. (orgs). **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão & Arte Editora, 2009.
- NETO, José Francisco de Melo. **O QUE É POPULAR**. S/d. Disponível em: www.prac.ufpb.br/copac/extelar. Acesso em 27/06/2012.
- PERONI, Vera Maria Vidal. **Política educacional e papel do Estado: No Brasil dos Anos 1990**. São Paulo: Xamã Editora, 2003.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE – FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA – **Serviço de Apoio Sócio Educativo em Meio Aberto - SASE**. Abril, 2010. (Projeto técnico).
- RIBEIRO, Marlene. **REXCLUSÃO E EDUCAÇÃO SOCIAL: CONCEITOS EM SUPERFÍCIE E FUNDO**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 155-178, jan./abr. 2006. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>
- RIBEIRO, Marlene. **Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais**. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 113-128, jul./dez. 2002.
- RIBEIRO, Marlene. **Educação Popular: um projeto coletivo dos movimentos sociais populares**. *PERSPECTIVA*, Florianópolis, v. 26, n. 1, 41-67, jan./jun. 2008
- ROMANS, Mercê. **Profissão: Educador Social**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia: o espaço da educação na universidade**. *Cad. Pesquisa*. [online]. 2007, vol.37, n.130, pp. 99-134.
- SCOCUGLIA, Afonso Celso. **A Pedagogia social de Paulo Freire como contraponto da Pedagogia Globalizada**. In: MOURA, R., NETO, J. C. S. e SILVA, R. (orgs). **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão & Arte Editora, 2009. p. 225 – 240.
- SILVA, Roberto. **Visões e concepções necessárias a uma teoria geral da educação social**. In: *Pedagogia Social: Contribuições para uma teoria geral da educação social*. 1. Ed. São Paulo: Expressão & Arte, 2011. v. 2. 299 p.
- SINGER, Paul. **Economia solidária no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2000.
- SUSIN, Maria Otilia K roeff . **A qualidade na educação infantil comunitária em Porto Alegre: estudo de caso em quatro creches conveniadas** . Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Porto Alegre, 2009.
- PAULO, Fernanda dos Santos. **Formação dos/as Educadores/as Populares de Porto Alegre Formados/as em Pedagogia: identidade, trajetória e desafios**. 2010. 79f. Monografia (Especialização). Pós-Graduação em Educação Popular: Gestão de Movimentos Sociais. Instituto Superior de Educação Ivoiti & Instituto de Desenvolvimento Brava Gente, Porto Alegre
- VALE, Ana Maria. **Educação Popular na Escola Pública**. 4ª ed. São Paulo, Cortez, 2001.

Educação: Teoria e Prática/ Rio Claro/ Vol. 23, n.43/ p. 128-144/ Mai-Ago. 2013.
<https://www.researchgate.net/publication/304446381/download>. Autoras: Fernanda dos Santos Paulo, Isaura Isabel Conte e Patricia Rutz Bierhal

ZIBECHI, Raúl. **Os movimentos sociais latino-americanos**: tendências e desafios; ALGRANATI, Clara. Lutas sociais e “neoliberalismo de guerra” na América Latina. p. 198 – 225, São Paulo: Cortez, 2005.

ZITKOSKI, Jaime José. **Educação Popular e Pós-Modernidade**: Um olhar em tempos de incerteza. São Leopoldo, Instituto Humanitas Unisinos, editora, 2007.

Educação: Teoria e Prática/ Rio Claro/ Vol. 23, n.43/ p. 128-144/ Mai-Ago. 2013.
<https://www.researchgate.net/publication/304446381/download>. Autoras: Fernanda dos Santos Paulo, Isaura Isabel Conte e Patricia Rutz Bierhal